

## ESTADO DO AMAZONAS PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara do Juizado Especial Cível

Autos nº 0023034-52.2025.8.04.1000

Assunto: Direito de Imagem.

Reclamante(s): Cileide Moussalem Rodrigues.

Reclamado(a)(s): A. M. S. Affonso (Radar Amazônico), Any Margareth Soares Affonso, Álvaro Marcelo Corado Pereira, Amazonas Comunicação e Publicidade Ltda, Sol

Desenvolvimento e Licenciamento Rede Norte Digital.

## **DECISÃO**

Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência.

Nos termos do art. 300 do CPC:

- Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a pre e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- § 1°. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser c economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- § 2°. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- § 3°. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigi dos efeitos da decisão.

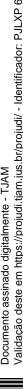
Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direit de cognição sumária de urgência.

A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art

A Constituição Federal, em seu art. 5°, inciso X, assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, das pessoas, garantindo o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

O Código Civil, em seu art. 12, estabelece que, havendo lesão à honra ou imagem de alguém, pode o ofend ameaça, lesão ou constrangimento, com pedido liminar de cessação, sem prejuízo do direito a perdas e danos.

No presente caso, a postagem veiculada pelo portal de notícias, conforme alegações do requerente e « contém conteúdo que, em tese, ofende sua honra e dignidade. Tal situação, se comprovada, caracteriza-se como vio personalidade, protegidos pela legislação brasileira.



A tutela de urgência requer a demonstração concomitante do fumus boni iuris (fumaça do bom direito) e (perigo na demora). Neste caso, o fumus boni iuris encontra-se presente na potencial ofensa à honra e imagem do requerenta alegações e provas preliminares trazidas aos autos.

Quanto ao periculum in mora, este se revela no fato de que a manutenção dapostagem ofensiva na inter amplamente divulgada e de rápida disseminação, pode causar danos irreparáveis ou de difícil reparação à reputação e imagen

Ressalte-se que, ao determinar a retirada do conteúdo, não se está cerceando o direito à liberdade de ex consagrados no art. 5°, IX, e no art. 220 da Constituição Federal, mas sim garantindo que o exercício desses direitos r violação de outros direitos igualmente protegidos pela Constituição, como a honra e a imagem.

Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, **DEFIRO** a tutela de urgência pleiteada, nos termos CPC, apenas no que se refere à retirada do ar das matérias impugnadas acessíveis em:

https://www.opoder.com/judiciario/mais-de-80-denuncias-apontamcileide-moussalem-como-lider-de-organi https://www.facebook.com/story.php?story\_fbid=1147461210305509&id=1 00051249221746&rdid=tsXiPa https://www.instagram.com/p/DFV8UEkJiV5/?igsh=aWI3aXV4Y3hjdTQ3

https://radaramazonico.com.br/o-maior-caso-de-crimes-ciberneticos-dahistoria-do-amazonas-e-os-depoim https://www.facebook.com/story.php?story\_fbid=1031558898990933&id=1 00064104960717&rdid=RY0A https://imediatoonline.com/policia/blogueira-cileide-moussalem-einvestigada-por-crimes-ciberneticos-e-pc https://www.facebook.com/story.php?story\_fbid=1188209875994810&id=1 00044174272308&rdid=IHIts https://www.instagram.com/p/DFV8B2ITLXW/?igsh=M3I5bzhwbmdwdjU5

https://www.facebook.com/story.php?story\_fbid=1188204492662015&id=1 00044174272308&rdid=nrSLj
https://www.instagram.com/p/DFWE6ULRB9s/?igsh=MTJ3ZHFjZDhndWY1Y w%3D%3D

https://revistacenarium.com.br/policia-civil-do-am-investiga-blogueira-emorcrim-de-crime-cibernetico-e-e

Considero que a matéria tratada na presente ação é, em geral, de direito, e em processos semelhantes já possibilidade de acordo. Portanto, mister o prosseguimento mais célere, em virtude do aumento exponencial dos feitos dis que integram o microssistema dos juizados especiais, a exigir o emprego de múltiplas ferramentas de gestão, a fim de elid da eficiência do serviço judiciário; primando pelos princípios da razoável duração do processo, economia processi instrumentalidade das formas que norteiam a Lei 9.009/95.

FICA O RÉU, desde já citado e intimado a apresentar sua contestação, em 15 dias, e, em sendo proposta de acordo, no bojo de sua defesa.

No mesmo prazo, pode pugnar pelo julgamento antecipado da lide.



PROJUDI - Processo: 0023034-52.2025.8.04.1000 - Ref. mov. 18.1 - Assinado digitalmente por Caio Cesar Catunda de Souza 31/01/2025: CONCEDIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. Arq: Decisão

A necessidade de produção de prova em audiência deve ser especificada e demonstrada, <u>de forma ine</u> incluída em pauta.

Dispensada a realização da audiência de conciliação, instrução e julgamento, os autos serão conclusos à sent

Intime-se e cite-se.

Manaus-AM, 3

Caio César Catunda de Souza

Juiz de Direito em substituição Portaria nº 4.728/2024

